

O IMPACTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER NA VIDA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA CIDADE DE PELOTAS

RENATA DUARTE AMARO¹; **MARIANE LOPEZ MOLINA²**; **MYRYAM VIEGAS³**; **DIÔNVERA COELHO DA SILVA⁴**.

¹*Universidade Federal de Pelotas – renatadamaro@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – mariane.molina@ufpel.edu.br*

³*Centro de Referência da Mulher – centrodamulherpelotas@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – dionveracoelho@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno social mundial grave, que faz parte de um sistema sócio-histórico, condicionando as mulheres a uma posição hierarquicamente inferior. Segundo Sergio Gomes da Silva (2010), tal processo se refere à “produção de um campo de força de relações assimétricas entre homens e mulheres em nossa sociedade”. Esse fenômeno ocorre tanto no ambiente privado, como no público, independentemente da posição social que a mulher ocupe, sendo ainda atravessada por questões de raça, etnia, classe, origem, orientação sexual, entre outros.

Em Pelotas, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) atua no combate à violência contra as mulheres. Com atendimento voltado para as questões de saúde, assistência social, bem-estar e direitos. Em 2015, a partir da mobilização civil de mulheres, o poder executivo acenou com a construção do Plano Municipal de Política para as Mulheres (PMPM, 2021). A partir de 2017 foi inaugurada uma nova fase com a formalização da Coordenadoria de Políticas Públicas para as mulheres no município de Pelotas (PMPM, 2021), sendo que essa política, à época, estava vinculada à Secretaria de Assistência Social. A partir de 2025, o CRAM passa a funcionar junto à Secretaria das Mulheres. Este trabalho tem como objetivo realizar um relato de experiência sobre a importância do atendimento realizado pelo CRAM para as mulheres, vítimas de violência no município de Pelotas.

Sendo assim, objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência das atividades desenvolvidas por uma acadêmica de psicologia da UFPel, no Estágio Específico I.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O presente trabalho é um relato de experiência das atividades desenvolvidas no estágio referente a disciplina Estágio Específico I. As atividades foram realizadas no período de 27 de maio de 2025 até 21 de agosto de 2025, com carga horária de 08h semanais, totalizando 96h. Foi supervisora no local, a Psicóloga Myryam Viegas, e Orientadora acadêmica, a Professora Diônvera Coelho da Silva.

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 conhecida por “LEI MARIA DA PENHA”, prevê cinco tipos de violência contra mulher: física; psicológica; sexual; patrimonial e moral. Todas as usuárias da política são oriundas da cidade de Pelotas. A

demandas chega através dos serviços de segurança do município e estado, de encaminhamentos dos serviços de Saúde, de demandas espontâneas do poder Judiciário e do Ministério Público. Essas mulheres passam pelo acolhimento do Serviço Social, e as que necessitam são encaminhadas para atendimento psicológico objetivando acolhimento e o fortalecimento da autoestima.

De acordo com as referências técnicas para atuação de psicólogos em programas de atenção à mulher em situação de violência do CFP (2012 pg77), ao profissional da Psicologia cabe entender que a violência contra a mulher se caracteriza principalmente como uma violação de direitos humanos, e que a questão de gênero balizadora para sua compreensão. A psicóloga deve propiciar uma escuta atenta, oportunizando a emergência de significados (RIBEIRO 2011).

Os impactos que a violência causa para o bem-estar das mulheres, transcende a dor física e atinge suas subjetividades. Muitas mulheres chegam no serviço com um diagnóstico de depressão e ansiedade, sendo alguns casos, atravessados por comorbidades. Entre as queixas mais comuns estão a baixa autoestima; sensação de desesperança; medo; baixa relação com sua autoimagem; falta de confiança; tristeza profunda; falta de perspectiva em suas vidas, vergonha. Conforme Liliane Cardoso Ribeiro (2011) a postura empática do psicólogo durante o processo de escuta de modo que a mulher se sinta compreendida e minimize os sentimentos negativos é de extrema importância.

Através das observações realizadas durante os atendimentos, pode-se constatar os prejuízos para essas mulheres que, em alguns casos, ainda mantém um relacionamento afetivo com seus agressores. Neste aspecto, Ana Angelica Pereira Souza(2010) corrobora que essa violência, está respaldada em um vínculo emocional, sendo a prevalência, o vínculo afetivo conjugal, onde pôde-se analisar o tipo de relacionamento das vítimas com seus parceiros, estabelecendo uma relação de manutenção do comportamento abusivo. Cortês (2011), nos fala que a relação agressiva para os homens funciona como reafirmação de seu poder sobre as mulheres com as quais se relaciona, assim como para as mulheres, funciona como uma submissão ao parceiro, não por vontade dela, mas culturalmente para manter o status de mulher casada com apoio social e garantia de lar, principalmente nos casos em que o homem é o principal provedor e a mulher, além de dependente do seu agressor, tem filhos menores. A mulher, “quando consegue chegar no CRAM, já vem sendo vítima durante muito tempo, em alguns casos já havia feito denúncias, mas após um período, retira a queixa contra o agressor” (JONG 2008, pág. 749).

Pode-se entender que essas dinâmicas estão atreladas a aspectos culturais que afetam as mulheres, inclusive aquelas que são independentes financeiramente. Importante salientar que é comum retirada da queixa, com a possibilidade de retomada do relacionamento pode ocorrer por questões afetivas, pois um sentimento comum que atravessa a todas as mulheres atendidas é a solidão. Logo, o ciclo da violência se estabelece visto que é comum que esse tipo de relacionamento dure por muitos anos até que a mulher tenha condições psicossociais para se desvincilar do abuso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento realizado pelo CRAM às mulheres em situação de violência, tem mostrado eficácia na reconquista da autonomia, da autoestima, e do projeto de vida. A escuta terapêutica, como método de intervenção, tem se

mostrado positiva, uma vez que as usuárias do serviço relatam melhorias significativas em suas vidas. Ao Priorizar a inclusão, das realidades vividas por mulheres em diferentes contextos econômicos e socioculturais, constrói-se um serviço verdadeiramente transformador, capaz de promover bem-estar, e oportunidades para todas as mulheres, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 11. 340, de 7/08/2006, art. 7º;
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.
- CORTÉS, V.A.: (2011). Violência doméstica contra as mulheres nas relações íntimas de afeto: as influências das estratégias de coping e o impacto no bem-estar subjetivo. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil;
- JONG, Lin Chau, Maria Lúcia Araújo Sadala, and Ana Cristina D'Andretta Tanaka. "Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica." *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 42 (2008): 744-751.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Pelotas. Pelotas, 2021;
- RIBEIRO, Liliane Cardoso. Avaliação terapêutica com mulheres que vivenciaram violência por parceiros íntimos: verificando a autoestima. ("Metadados do item: Avaliação terapêutica com mulheres que vivenciaram ...") Orientadora: Lucila Moraes Cardoso. 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021;
- SILVA, Sergio gomes da." Preconceito e discriminação as bases da violência contra a mulher". Psicol. Ciênc. Prof.; 30(3): 556-571, set, 2010;
- SOUZA, Ana Angelica Pereira. Violência nas relações íntimas: uma análise psicossociológica.2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.